



DECRETO Nº 079 /2017

Colíder-MT, 19 de setembro de 2017.

Institui o Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGI-M, no município de Colíder-MT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER MT, Sr. **NOBORU TOMIYOSHI,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no Art.121, IV, da Lei Orgânica e demais legislações;

Considerando o compromisso com o cumprimento das diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP e com a Política Nacional de Segurança Pública;

Considerando a necessidade que os órgãos responsáveis pela segurança pública e defesa social atuem de maneira integrada, conciliando-se ações de policiamento ostensivo com ações preventivas de segurança, visando a redução da violência da criminalidade:

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGI-M, vinculado ao Gabinete do Prefeito, instância colegiada de deliberação e coordenação de ações de prevenção, repressão da violência e da criminalidade, composto por representantes do poder público das diversas esferas e por representantes das diferentes forças com atuação na área de segurança pública no âmbito do Município de Colíder-MT.

- **Art. 2º** O Gabinete de Gestão Integrada Municipal GGI-M será composto pelos seguintes representantes:
- I Prefeito Municipal, que o presidirá;
- II- Secretário Municipal de Planejamento, fazenda e administração;
- III- Secretário Municipal de Infraestrutura, obras e urbanismo;
- IV- Secretário Municipal de Industria, comercio, emprego e renda, cultura e turismo;
- V Secretário Municipal de Assistência Social;
- VI- Secretário Municipal de Educação, esporte e lazer;



II - GGI-E.

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT CNPJ: 15.023.930/0001-38



VII- Secretário Municipal de Agricultura, pecuária, assuntos fundiário e meio ambiente; VIII- Diretor do Serviço Municipal de Transito; IX- Secretário Municipal de Gestão Publica; X- Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico. §1º - Deverão ser convidados para participar do Gabinete os gestores representantes dos seguintes órgãos, sediados no Município: I- Polícia Militar; II - Polícia Civil; III – Corpo de Bombeiros Militar; IV – Polícia Científica. §2º - Deverão ser convidados para participar do GGI-M representantes dos seguintes órgãos, sediados no município: I – Poder Judiciário estadual; II – Ministério Público estadual; III – Defensoria Pública estadual; IV – Câmara Legislativa Municipal; V-Conselho Comunitário de Segurança Publica – Conseg; VI- Conselho Tutela da Criança e do Adolescente; VII-OAB/MT. §3º É assegurada ainda a participação de um representante indicado por cada um dos seguintes órgãos: I – Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ;

§4º O GGI-M poderá convidar outras secretarias ou órgãos governamentais, conforme a necessidade e pertinência temática, para participarem da reunião.





Art. 3º Compete ao Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGI-M:

- I fomentar ações objetivando a elaboração e/ou atualização do Plano Municipal de Segurança Pública;
- II estabelecer diretrizes e prioridades para implantação do Plano Municipal de Segurança Pública dos programas e ações integradas de segurança, em conjunto com organismos municipais, estaduais, distrital, federais e sociedade civil;
- III monitorar as ações de segurança pública no Município, utilizando o Observatório de Segurança Pública, quando houver, o qual fica responsável pela análise e organização dos dados sobre a violência e a criminalidade local a partir as informações coletadas;
- IV definir prioridades para o plano de formação e qualificação dos profissionais que atuam na segurança pública tendo como referência a matriz curricular nacional;
- V tornar mais ágil e eficaz a comunicação entre os órgãos que integram o GGI-M, a fim de apoiar os órgãos municipais em ações sociais preventivas e aos órgãos de segurança pública nas ações de prevenção e repressão qualificada da violência e da criminalidade;
- VI propor ações integradas de fiscalização, defesa social, segurança urbana e políticas sociais, que atuem de forma preventiva, no nível municipal, acompanhando sua implementação e resultado;
- VII interagir com fóruns municipais e comunitários de segurança objetivando construir uma política municipal preventiva de segurança pública;
- VIII fomentar o estabelecimento de uma rede municipal/estadual/distrital/nacional de intercâmbio de informações e experiências, que alimente um sistema de planejamento, com agendas de fóruns locais;
- IX elaborar o planejamento das ações integradas a serem implementadas no Município;
- X definir indicadores que possam medir a eficácia das ações do GGIM e eficiência dos sistemas de segurança pública;
- XI promover a atuação conjunta de forma sinérgica dos órgãos que integram o Gabinete, visando à prevenção e controle da criminalidade.

Art. 4º Integram o GGI-M.

- I o Colegiado Pleno;
- II a Secretaria Executiva;
- III as Câmaras Técnicas.





Art. 5º Além das estruturas indicadas no art. 4º, o GGI-M, sempre que possível e necessário, constituirá Câmaras Temáticas, podendo ainda ter outros espaços necessários à plena consecução dos objetivos gerais do órgão colegiado.

Art. 6º O GGI-M será estruturado por:

- I- Sala do Pleno, onde se reunirá o Colegiado Pleno;
- II- Sala da Secretaria Executiva.

Parágrafo único. As Câmaras Técnicas e Câmaras Temáticas não envolvem estruturas físicas, sendo somente espaços de debate e discussão.

Art. 7º Incumbe ao Colegiado Pleno do GGI-M, instância superior e colegiada, as funções de coordenação e deliberação.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do GGI indicar o Secretário Executivo por meio de ato específico.

- **Art. 8º** Incumbe à Secretaria Executiva as atribuições de articulação, organização, planejamento, gestão e execução das deliberações e atividades desenvolvidas pelos GGI, de forma contínua e permanente, no âmbito de sua competência e de acordo com as atribuições previstas no regimento interno do GGI-M.
- **Art. 9º** As Câmaras Técnicas são espaços permanentes de discussão acerca de assuntos relevantes na seara da segurança pública abrangidos pelo GGI-M.
- §1º As Câmaras Técnicas serão criadas mediante deliberação e aprovação do Colegiado Pleno e serão compostas por profissionais de notável saber técnico de qualquer dos órgãos que integram o GGI, tendo como atribuição o aprofundamento na análise de temas específicos, programas de prevenção e repressão ao crime.
- §2º Compete aos integrantes das Câmaras Técnicas formularem propostas, realizarem levantamentos, produzirem apontamentos e estudos e confeccionarem documentos que possam subsidiar os trabalhos e decisões do Colegiado Pleno.
- §3º Para a melhor consecução dos fins a que se destinam as Câmaras Técnicas, poderão ser convidados especialistas para contribuírem pontualmente nas reuniões, com palestras e subsídios para o debate dos temas nelas tratados.
- **Art. 10º** As Câmaras Temáticas se configuram em espaços temporários de escuta popular e de interlocução entre o GGI-M e a sociedade civil sobre um determinado tema.
- §1º As Câmaras Temáticas serão criadas mediante deliberação e aprovação do Colegiado Pleno para análise de temas específicos, que demandem a oitiva da sociedade civil e a participação popular, tendo por objetivo o encaminhamento de proposições a respeito da prevenção à violência e às condutas criminosas.





- §2º As Câmaras Temáticas terão caráter temporário, ficando adstritas à relevância do tema e a resolução ou amenização da demanda, que será apurada pelo Colegiado Pleno.
- §3º Compete aos integrantes das Câmaras Temáticas apresentarem apontamentos que possam subsidiar os trabalhos desenvolvidos pelo Colegiado Pleno.
- **Art. 11º** As decisões do Gabinete de Gestão Integrada Municipal GGIM deverão ser tomadas por consenso, em regime de mútua cooperação e sem hierarquia, não cabendo a nenhum de seus integrantes a função de determinar ou decidir qualquer medida, respeitando-se as autonomias institucionais dos órgãos que o representam.
- **Art. 12º** O funcionamento do GGIM será disciplinado por Regimento Interno aprovado pelos seus membros, que estabelecerá a periodicidade das reuniões ordinárias do GGI-M, que deverão ser, no mínimo, mensais.

Art. 13º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder-MT